

CONGRESSO

Aval a cassino e jogo do bicho

CCJ do Senado aprova projeto de lei que legaliza os jogos de azar no Brasil. Texto segue agora para a análise no plenário

» ALINE BRITO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 2.234/2022, que regulariza a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional. O relatório do senador Irajá (PSD-TO), favorável à matéria, foi aprovado por 14 votos a favor e 12 contrários. Agora, seguirá para deliberação do plenário. Se receber o aval da Casa, irá à sanção presidencial.

O projeto autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos. Além disso, permite a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão com pelo menos 100 quartos, restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais.

De acordo com o texto, cada estado e o Distrito Federal poderá ter um cassino, com exceção de São Paulo, que receberá permissão para instalar até três; e Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, que poderão ter até dois.

“Esse é um projeto muito importante para o Brasil, porque vai transformar o turismo. Infelizmente, o Brasil não está bem posicionado mundialmente como um dos roteiros internacionais do turismo, e essa é uma grande oportunidade de criarmos aqui os complexos turísticos, como os resorts integrados, que são modelos de sucesso em todo o mundo e que países concorrentes do Brasil já adotaram há décadas”, defendeu Irajá.

Lionel Bonaventure/AFP



Caso o projeto seja aprovado e sancionado, a quantidade de cassinos por estado e Distrito Federal dependerá do número de habitantes

Desde 1991

A proposta chegou ao Congresso em 1991, tendo já sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Não há consenso para votação sobre a matéria, que esbarra na “pauta de costumes” — grupos mais conservadores são contrários.

O relator da proposta argumentou que a regulamentação, além de incentivar e aprimorar o turismo, vai proporcionar receita

para o Brasil. “É uma oportunidade de o Brasil gerar emprego, renda e, acima de tudo, gerar impostos nesses jogos que estão presentes na vida dos brasileiros e que, infelizmente, não estão trazendo nenhum tipo de benefício à nossa população”, completou.

Ainda não há previsão de quando o projeto será incluído na pauta do plenário. A definição ficará a cargo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Esperamos que a gente possa fazê-lo antes do recesso parlamentar em julho”, disse o relator.

O placar apertado mostrou que a matéria encontra resistência na Casa, o que pode comprometer a aprovação em plenário. O senador Eduardo Girão (Novo-CE) destacou que diversos parlamentares contrários ao projeto não compareceram à CCJ ontem e isso contribuiu para a aprovação.

“Espero que o plenário do Senado tenha responsabilidade para rejeitar, porque isso não se trata de direita e esquerda. Esses estabelecimentos não geram receita, isso foi demonstrado com números hoje; não geram emprego; vai existir a canibalização

do comércio”, criticou. “Outro problema grave que foi evidenciado é a cooptação pelo crime organizado dos bingos e cassinos, então tem problema de lavagem de dinheiro, corrupção, destruição de vidas e famílias. O Brasil já tem problemas demais, então a gente espera que os senadores, de uma forma serena, deliberem para rejeitar esse projeto que vai trazer vício, destruição, endividamento do povo brasileiro”, completou.

A regulamentação dos jogos de azar é apoiada por especialistas da área, que defendem a

» Silvia Waiãpi tem mandato cassado

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) cassou, por unanimidade, o mandato da deputada federal Silvia Waiãpi (PL-AP) por usar verba pública de campanha eleitoral para procedimento de harmonização facial durante as eleições de 2022, quando ela foi eleita para uma vaga na Câmara. Cabe recurso da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A deputada negou irregularidades e afirmou que suas contas de campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

equiparação da legislação brasileira à de outros países, gerando, assim, competitividade. “Essa discussão de legalização do jogo está atrasada há décadas. O país tem instituições fortes e suficiente para lidar com a regulação do jogo. Benfeita, a legislação terá o potencial de gerar emprego, renda, arrecadação de impostos e incremento do turismo”, destacou Luciano Andrade Pinheiro, especialista em direito desportivo e sócio do Corrêa da Veiga Advogados. “A regulação da atividade no detalhe será um desafio, mas temos a capacidade de nos adequar.”

Caio de Souza Loureiro, sócio da área de Gaming e E-sports da TozziniFreire Advogados, frisou que, ao permitir a exploração de várias modalidades de jogos, inclusive de cassinos, o PL 2.234 coloca o Brasil na companhia de diversos países que já possuem essa regulamentação.

TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

Alternativas para investidores

» ÂNDREA MALCHER

A taxaçoão de fundos fechados exclusivos, conhecidos como fundos dos “super-ricos”, pode acabar não sendo a fonte de arrecadação esperada pelo governo federal. Essa é uma modalidade de investimento em que há apenas um cotista, ou seja, o patrimônio está concentrado em somente um investidor.

O governo estima que, junto à tributação dos investimentos feitos no exterior, conhecidos como offshores, a taxaçoão dos super-ricos pode arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões este ano. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu, na última semana, durante discurso na 112ª Conferência da Organização Mundial do Trabalho, em Genebra, Suíça, a cobrança sobre as grandes fortunas. E, em março deste ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, argumentou que a taxaçoão global dos super-ricos, no âmbito do G20, poderia gerar US\$ 250 bilhões em receitas por ano.

Segundo Natália Destro, chefe da área de planejamento patrimonial do banco suíço Julius Baer, a estimativa do chefe da Fazenda pode estar superestimada. “Existem outros mecanismos, outros investimentos que os brasileiros podem buscar que têm alíquotas mais baixas ou até mesmo isenções de Imposto de Renda”, destacou. “A previdência privada tem uma alíquota de 10%, debêntures de infraestrutura são isentos de imposto. Então, o que acredito que pode acontecer é o investidor brasileiro buscar alternativas que possam otimizar o patrimônio do ponto de vista fiscal.”

Perfil

Para Natália Destro, “outro cenário é, principalmente agora que teve o último pagamento do imposto parcelado, uma realocação desses recursos, em vez de eles continuarem em

Divulgação



Natália Destro é chefe da área de planejamento patrimonial do Julius Baer

fundos que têm pagamento semestral de imposto”.

“O investidor brasileiro pode procurar alternativas para que ele seja menos tributado. É claro que isso tem que fazer sentido com o perfil, com a política de investimento da família. Não é simplesmente tirar um dinheiro de um lugar e botar em outro, mas, desde que faça sentido para a política de investimento, o que pode acontecer é uma migração dos recursos”, explicou.

A taxaçoão dos fundos exclusivos, como destacou Destro, ocorre por meio da cobrança conhecida como “come-cotas”, isto é, a cobrança de uma alíquota de 15% semestralmente. Porém, o imposto só é exigido caso haja lucro.

De acordo com dados do governo federal, 2,5 mil brasileiros têm recursos aplicados nesses fundos, acumulando R\$ 756,8 bilhões. Esse tipo de investimento corresponde a 12,3% dos fundos no país.

“A previsão do come-cotas para os fundos fechados já era uma discussão do passado. O governo trouxe essa realidade dos fundos abertos e equiparou os fundos abertos aos fechados. É como se tivesse acabado com um benefício que existia. Claro que quem é impactado não tem a melhor reação, óbvio. Ninguém gosta de pagar mais impostos, mas eu acho que a lei veio bem escrita, dentro do que a gente do setor imaginava, veio positiva até”, observou.

Informe Publicitário

COMUNICADO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL SOBRE DECISÃO DO STJ

A TERNIUM TECHINT, CONTROLADORA DA USIMINAS, PUBLICOU INFORMAÇÕES FALSAS E OFENSIVAS AO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, TORNANDO NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS PELA CSN.

- Há mais de uma década, a Ternium Techint nega ter assumido o controle da Usiminas para evitar cumprir a obrigação legal de pagar os acionistas minoritários.
- No julgamento do Recurso Especial n. 1.837.538-SP, três dos cinco ministros da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceram que a Ternium Techint assumiu de fato o controle da Usiminas e buscou disfarçar essa situação para burlar a lei e, assim, evitar pagar os direitos dos acionistas minoritários. Em razão disso, a Ternium foi condenada a indenizar a CSN a pagar o que deveria ter pago há mais de 10 anos. Os outros dois ministros que participaram do julgamento também entenderam que a CSN tinha razão no seu recurso, mas que outras provas deveriam ser produzidas.
- A Ternium Techint utilizou recursos da própria Usiminas em contratos paralelos com a acionista japonesa para obter sua concordância e silêncio, desviando bilhões de reais da Companhia.
- Compete ao STJ interpretar a Lei Federal, e a legislação prevê dispositivos para proteção dos acionistas minoritários. Não é verdade que houve desrespeito à jurisprudência da Comissão de Valores Mobiliários, embora esta deva respeitar a jurisprudência dos Tribunais brasileiros, e não o inverso. O que se deu foi a proteção dos direitos dos acionistas minoritários ao obrigar a observância da Lei das Sociedades Anônimas no que diz respeito à oferta pública de “tag along”.
- Há mais de uma década, a CSN busca o reconhecimento do seu direito, defendendo-se com firmeza e reagindo com altivez em relação a entendimentos divergentes, mas sempre respeitando as instituições brasileiras, seus órgãos e representantes.
- A Ternium usa subterfúgios políticos e midiáticos para constranger juízes e o sistema judiciário brasileiro, esquecendo-se de que o direito é o único elemento que realmente influencia e convence.

A CSN ESPERA QUE A TERNIUM REVEJA SUA DISPOSIÇÃO DE DESCUMPRIR A LEI E DE DESRESPEITAR PUBLICAMENTE AS AUTORIDADES BRASILEIRAS.



Companhia Siderúrgica Nacional